

# **RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA REALIZADA PELA CDH AO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS NO ESTADO DO MARANHÃO**

*Relatório referente à Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Estado do Maranhão com vistas a verificar e discutir, in loco, as condições das vítimas de ataques de violência determinados supostamente por líderes de facções criminosas e as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários.*

RELATORA: Senadora Ana Rita.

PARTICIPANTES: Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa (integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), Senadores João Alberto Souza e Lobão Filho, do Estado do Maranhão.

## **I – DESCRIÇÃO**

O presente relatório refere-se à Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Estado do Maranhão com vistas a verificar e discutir, *in loco*, as condições das vítimas de ataques de violência determinados supostamente por líderes de facções criminosas e as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reuniu-se no dia 13 de janeiro, na cidade de São Luis.

As diligências distinguiram-se em reuniões com a sociedade civil, autoridades, visita ao complexo penitenciário de Pedrinhas-MA e entrevistas coletivas para a Imprensa.

### **Descrição das diligências ocorridas na cidade de São Luis-MA**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desenvolveu a seguinte agenda:

- **10h** – Reunião com a Sociedade Civil Organizada  
Local – OAB rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, 1, Calhau - São Luís – contato Joseane Gamba (98) 8123 2222/ 91615353;
- **11h30** – Complexo Penitenciário de Pedrinhas  
Local: BR 135, KM 14, S/N, Pedrinhas, São Luís;
- **16h00** – Audiência com representante do Ministério Público do Estado do Maranhão – Procuradora Carolina da Hora Mesquita  
Av. Senador Vitorino Freire, nº 52, bairro Areinha – São Luis – Contato – Jarbas (98) 8402-5772 e Tribunal de Justiça do Maranhão – presidenta do TJMA desembargadora Cleonice Silva Freire.  
Praça Dom Pedro Segundo, S/N, Centro - São Luis, contato – Patrícia Fonseca (98) 3198-4312
- **17h** – Audiência Palácio dos Leões - Governo Maranhão – governadora Roseana Sarney (PMDB)  
Salão de Atos do Palácio dos Leões, Palácio dos Leões, Centro, São Luis – Secretário Chefe da Casa Civil – João Abreu – Contato – Ernane Sarney – (98) 9988-1079
- **18h30** – Audiência na Defensoria Pública, Ministério Público do Estado do Maranhão e vítimas de violência determinada supostamente por líderes de facções criminosas;

### **Descrição da Reunião com a Sociedade Civil Organizada, na sede da OAB/MA.**

A Reunião da Sociedade Civil teve a finalidade de ouvir os representantes sobre as denúncias de violações de direitos humanos, ouvir as vítimas de ataques supostamente determinados por líderes das facções criminosas, os detentos e seus familiares e os agentes penitenciários.

A lista das Entidades presentes consta do Anexo nº I deste Relatório.

De um modo geral, as Entidades apresentaram em relação ao Estado do Maranhão a seguinte situação:

- O Estado do Maranhão tem a **menor taxa de população carcerária do país** (128,5 presos por cem mil habitantes);
- Tem a **pior taxa de policiais militares por habitantes** do país;
- Tem a **segunda pior taxa de policiais civis por habitantes** do país;
- Tem muitos presos provisórios (55%), mas 5 Estados possuem taxas de presos provisórios maiores que as do Maranhão;
- Tem superlotação, mas 5 Estados possuem taxas de presos/vagas maiores que as do Maranhão;
- Apesar de ter **0,98% da população carcerária, concentra 26,5% das mortes de presos no sistema carcerário** (tomando como referência levantamento do portal G1 – 58 homicídios de um total de 219);
- Maranhão finalizou o ano de 2013 **com 807 homicídios na região metropolitana de São Luís** (635 em 2012 - **crescimento de 27%** – 62 homicídios por cem mil habitantes – provável 3ª capital mais violenta do país).

As entidades denunciaram que a situação do complexo penitenciário iniciou-se em 2007. No ano de 2008 a CPI da Câmara dos Deputados diligenciou a maioria das unidades prisionais de São Luís e à época já constatou, segundo as entidades, o seguinte quadro:

“Superlotação; excesso de presos provisórios; salada de presos, ou seja, mistura de presos jovens com idosos; presos doentes com encarcerados aparentemente saudáveis; torturas; alimentação apodrecida; falta de trabalho e escola; poucos agentes penitenciários; ingresso de armas, celulares e drogas; lixo sem a devida destinação, esgotos estourados, carência de assistência médica, educacional e jurídica;

Em 09 de novembro de 2009 ocorreu uma sangrenta rebelião no complexo de Pedrinhas, que resultou em 18 mortes, sendo 03 presos decapitados. Desde então até o final do ano 2013 foram executados 145 presos no interior de estabelecimentos penais de Pedrinhas e de Pinho, sendo 07 decapitados.

A concentração de presos na Capital foi apontada como uma das principais causas dos problemas apontados. Juízes de Comarcas que distam 800 Km da Capital encaminham presos para o Complexo, gerando, além de superlotação, enormes dificuldades, tanto para a atividade processual, quanto para as atividades administrativas, sem falar nas questões relacionadas aos direitos de visitas e de acompanhamento de familiares.

Este quadro fático resultou na atual crise do sistema carcerário do Estado do Maranhão. Em nota, as entidades afirmam que a população anda amedrontada com o poder que as organizações criminosas demonstraram possuir, bem como indignada com a incapacidade e desinteresse estatal de lidar com a crise. Segundo a nota, a superlotação, as rivalidades entre os detentos, a formação de organizações criminosas, a violência policial e a política de estado opressora intensificaram de tal maneira a violência dentro dos presídios maranhenses que transgrediu os muros do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, levando a atentados a ônibus e à morte da menina Ana Clara.

### **Reivindicações:**

Dentre outras medidas, a sociedade civil enfatiza a necessidade de:

- Federalização da apuração dos fatos, com a investigação imediata, imparcial e efetiva das mortes ocorridas e a devida responsabilização de seus autores imediatos e mediatos, ou seja, aqueles com posição de garantes da integridade física das pessoas privadas de liberdade, mas que se omitiram em seu dever de agir.
- Instituição do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura e do Mecanismo Estadual de Prevenção à Tortura no Maranhão, em consonância com a Lei nº 12.847 de 2013.
- Efetiva participação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, de âmbito nacional e local, nas instâncias de controle das instituições penitenciárias, de segurança pública e judiciária.
- Superação do modelo atual baseado na construção de presídios, isto é, investimento em alternativas penais e formas pacíficas de solução de conflitos.
- Reestruturação da administração da justiça criminal no Maranhão, com especial atenção para a execução penal.
- Urgente ampliação do número de defensores públicos no estado.

### **VISITA AO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS**

A visita ao complexo penitenciário de Pedrinhas limitou-se a duas unidades: A da Casa de Detenção e a Unidade São Luis 1.

A Senadora Ana Rita e os Senadores foram recebidos e acompanhados pelo Secretário da Administração Penitenciária Sebastião Uchôa.

A Casa de Detenção está em reconstrução porque foi totalmente destruída pelos presos e por esta razão não abriga muitos detentos.

Entidades de Direitos Humanos defendem a imediata suspensão das obras de reforma com a implosão do prédio para a construção de nova unidade. Alegam que a arquitetura é absolutamente inadequada, é insalubre e a reforma representa um desperdício de dinheiro público.

No presídio São Luis 1, constatou-se uma realidade deplorável, deprimente e degradante. Superlotação, celas insalubres, pessoas com deficiência mental convivendo com demais presos, pessoas doentes, presos provisórios com detentos já condenados e uma ala com presos em greve de fome em razão da péssima qualidade da comida servida e em protesto de possíveis transferências.

As entidades que acompanhavam a Comissão de direitos humanos afirmaram que as duas unidades visitadas foram “maquiadas” porque em visitas anteriores as condições eram piores e o número de presos era muito superior.

Em relação aos serviços constatou-se que cerca de 70% do pessoal que trabalha diretamente com os presos são contratados por empresas terceirizadas. O Sindicato dos Agentes penitenciários denunciou que as empresas não sabem preparar os monitores para lidar com os presos, o que gera uma precarização das relações de trabalho com baixos salários, facilitando a corrupção, a entrada de drogas, armas brancas e a organização criminosas entre os presos.

Diretores policiais que atualmente comandam as unidades admitem que a superlotação é originada pela concentração de unidades prisionais em São Luis.

A vinda dos presos de comarcas do interior é que motivou a criação da facção criminosa **Bonde dos 40** que não mais queria submeter-se à facção do PCM.

De fato, os presos do interior, além de estarem privados das visitas familiares, têm dificuldades de acesso à Justiça.

Familiares que participaram da reunião com a sociedade civil denunciaram os constrangimentos sofridos, especialmente as mulheres, por ocasião das visitas nas unidades prisionais, onde sofrem revistas vexatórias, são obrigadas a ficar nuas, fazer agachamentos, pular e submeter-se aos toques vaginais.

## **COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS**

O Complexo penitenciário de Pedrinhas é composto das seguintes unidades:

- Casa de Assistência ao Albergado e Egresso – CAAE;
- Casa de Detenção – CADET;
- Central de Custódia de Presos de Justiça- CCPJ;

- Centro de Detenção Provisória – CDP;
- Penitenciária Feminina- PF;
- Penitenciária de Pedrinhas –PP;
- Penitenciária São Luís –PSL;
- Unidade Prisional de Ressocialização-UPR e
- Unidade para Regime Disciplinar Diferenciado-URDD.

## **DADOS DO SISTEMA PRISIONAL DO MARANHÃO**

Segundo dados apresentado pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP, em dezembro de 2013 existia o seguinte quadro no Sistema Penitenciário do Maranhão:

|   |            |
|---|------------|
| Total de presos em unidades Prisionais.....                     | 4.009      |
| Total de presos em delegacias no inteiror (312 delegacias.....) | 1555       |
| Total de presos no sistema prisional do Maranhão.....           | 5.564      |
| <b>Total de presos provisórios.....</b>                         | <b>57%</b> |

### **Número de vagas e déficit**

|   |      |
|---|------|
| Total de vagas nas unidades prisionais.....               | 3010 |
| Lotação atual das unidades prisionais.....                | 4009 |
| Deficit de vagas na unidades prisionais + Delegacias..... | 2554 |

## **REUNIÃO COM A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E COM A PROCURADORA DA REPÚBLICA**

Depois da visita ao Complexo Penitenciário, a Comissão reuniu-se com a Presidenta do Tribunal de Justiça, Desembargadora Cleonice Silva Freire e a Procuradora da República, Dr<sup>a</sup> Carolina da Hora Mesquita.

A Presidenta enfatizou a gravidade da crise existente e informou que o Judiciário está envidando esforços através de mutirões para dar maior celeridade processual.

A Associação dos Magistrados presente na reunião informou que a situação somente não está mais grave porque os 5.000 (cinco mil) mandados de prisões já expedidos não foram cumpridos.

A Presidenta informou que a concentração de presos na capital traz uma dificuldade quase insuperável para os juízes que, muitas vezes, sequer sabem em que unidade se encontram os acusados e por isso as audiências ficam inviabilizadas.

Também enfatizou que a inexistência de técnica para realização de oitivas de presos através de videoconferências associada à precariedade dos serviços administrativos do sistema penitenciário são uma barreira quase intransponível para agilizar a instrução processual.

Por fim, disse que os trabalhos do Comitê interinstitucional criado pela governadora deverão resultar em mudanças de curto, médio e longo prazo.

A Dr<sup>a</sup> Carolina da Hora Mesquita informou que a Procuradoria da República formulou o pedido de Intervenção no Estado no mês de novembro de 2013 quando não havia nenhuma sinalização do governa para propor mudanças.

Agora, se as medidas anunciadas pelo governo forem viabilizadas, certamente a Procuradoria não insistirá na intervenção no Estado.

Presente também a Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa, Corregedora Geral da Justiça, informou as providências adotadas em face da crise atual no Sistema Prisional, a saber:

- Instituição de uma comissão de juízes para auxiliar na análise de processos de réus presos, especificamente os provisórios;
- Solicitação aos juízes que priorizassem a análise de processos criminais durante a Correição;
- Da análise poderão ser obtidas informações sobre a possibilidade de remanejamento dos presos para suas cidades de origem, conforme cada caso específico.
- Reunião com os juízes para discutir a operacionalização da análise dos pedidos de transferência de presos para presídios federais;
- Articulação com o Ministério Público e Defensoria Pública para realização do Mutirão Carcerário.

### **REUNIÃO COM A GOVERNADORA RESEANA SARNEY**

A governadora disse que a visita da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal era bem vinda e necessária porque a crise exige a união de esforços, tanto dos parlamentares como do governo federal.

Atribuiu a crise ao crime organizado que, segundo seu entendimento, se alastrou para as 27 unidades federadas desde 2005, quando o PCC ordenou os ataques contra a população de São Paulo.

Como se trata de um problema nacional, sugeriu que o governo federal deveria investir na ampliação de presídios federais para que os governos estaduais pudessem adquirir vagas, para presos envolvidos no crime organizados, ficando os presos de menor periculosidade sob a responsabilidade dos governos estaduais.

Todavia, para a solução da atual crise nos estados apresentou um projeto com medidas de curto, médio e longo prazo.

Disse que os investimentos em novas unidades prisionais previstos no projeto vai dobrar a capacidade do sistema para vagas e condições condizentes com a legislação vigente.

O projeto constitui o Anexo nº II deste relatório.

### **REUNIÃO COM A DEFENSORIA PÚBLICA, COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, COM VÍTIMAS DE ATAQUES OCORRIDOS NAS RUAS E COM A SOCIEDADE CIVIL.**

À noite, para dar conta das demandas, os Senadores se dividiram para atender a Defensoria Pública, o Ministério Público Estadual, (Senador João Capiberibe e Humberto Costa), as vítimas de ataques (Senadora Ana Rita) e a Sociedade Civil (Randolfe Rodrigues).

A Defensoria Pública apresentou um relatório de atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 dando conta dos atendimentos feitos pelos defensores e pelas parcerias com o Ministério Público e com as Varas de Execução Penal para realização de mutirões.

Os defensores informaram que apenas 77 comarcas do Estado do Maranhão têm defensores públicos.

Dentre outras dificuldades apresentaram a falta de documentação de presos vindos do interior. Os juízes mandam os presos para o Complexo da Capital sem documentos pessoais e sem qualquer informação sobre os processos, sequer enviam a nota de culpa. Isto dificulta o acesso à justiça e a garantia de direitos como ampla defesa, devido processo legal (muito presos ficam no Complexo meses e até anos, com os processos parados nas comarcas de origem), visita de familiares, etc.

O Ministério Público apresentou relatório sobre ações judiciais e administrativas propostas para a melhoria das condições carcerárias e relatórios sobre as inspeções realizadas. Estes documentos constituem anexos do presente relatório.

Informou, em especial, do inquérito em andamento para apuração do desaparecimento do detento **Ronaldo Silva Rabelo**. Esta pessoa tem dados da entrada no sistema e permanece desaparecida. Há suspeita de que teria sido morto, esquartejado pelos presos e seus restos mortais teriam sido postos em sacos de lixo. O Ministério público informou que no momento está esperando o resultado da perícia na cela onde se encontrava preso. Comprometeu-se a prestar todas as informações tão logo o Inquérito seja concluído.

Com relação às vítimas e especialmente aos familiares da menina Ana Clara, morta durante o incêndio, a Comissão de Direitos Humanos fará gestões junto à governadora do Estado para que a família receba toda a assistência médica, psicológica e material necessárias.

A reunião com a sociedade civil foi uma continuidade da reunião inicial, realizada no período da manhã. As principais reivindicações são as acima elencadas.

## **ANÁLISE E CONCLUSÕES**

A partir das reuniões realizadas com as entidades da sociedade civil, com o Tribunal de Justiça, com a Procuradoria Federal, com o Ministério Público Estadual, com a Defensoria Pública e com a Governadora, bem como a partir da análise dos documentos que constituem os anexos de relatório e por tudo que vem ocorrendo depois da visita, podemos dizer que aquilo que nos foi mostrado nas duas unidades visitadas não reflete a realidade das demais unidades não visitadas.

Podemos afirmar que, a exemplo do que ocorre em outros estados, o crime organizado está fora do controle estatal e a sua retomada certamente exigirá uma conjugação de esforços do Congresso, do Judiciário do Ministério Público, das Defensorias Públicas, do governo federal e dos governos estaduais.

Dada a complexidade do caso, esta Comissão deverá promover uma reunião específica, na retomada dos trabalhos em fevereiro próximo, para avaliar a visita ao Maranhão e fazer os encaminhamentos que julgar pertinentes.

